



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM
identificação: CADERNO 1 / 7
Data: 24 a 30/12/2012

Cinform - O senhor sente prevaricação do Tribunal de Contas do Estado no acompanhamento e fiscalização das verbas de subvenções?

OR - Eu não sei como o Tribunal de Contas enfrenta essa questão. Nós não averiguamos isso. Mas se há algum problema com o Tribunal de Contas, nós enviaremos uma recomendação. Temos uma relação muito boa com o TCE, de respeito. E o Ministério Público entende que é preciso fazer encaminhamentos e formalização de um termo de ajustamento de conduta. Existem dois instrumentos que podemos utilizar: o diálogo, em que é dado um prazo para se regularizar a situação, e o instrumento de ação.

Cinform - O que o senhor espera do grupo de estudos montado pela portaria 1.876/2012 - portaria que abriu Ação Civil Pública contra as verbas de subvenção da Alese - nessa questão?

OR - Esses quatro promotores já estão trabalhando há mais tempo, inclusive. Só que vinham trabalhando em áreas isoladas. Uns trabalhavam na Promotoria do Patrimônio Público e outros na Promotoria do Terceiro Setor. Então, nós os unimos para trabalharem con-

Cinform - Por que tanta Ossip comandando hospitais e outras esferas da saúde pública, quando isso é papel do Estado?

OR - Eu vejo isso com muita preocupação. Mas o que eu posso dizer é o seguinte: temos promotorias para fiscalização por área específica, existem promotores responsáveis por essa área da saúde.

Cinform - OMP não é omissor frente ao fato de que ONGs de atividades tão diferentes executam obras de construção de casas populares, com dinheiro do Estado ou da União?

OR - Não acredito em omissão por parte do MP, como disse, temos centenas de encaminhamentos, mas contamos com a Justiça. Após o encaminhamento, é o Poder Judiciário que tem que agir. E outra, nós não temos medo de pressão. Porque o nosso papel é fiscali-

Cinform - O senhor sente alguma espécie de corpo mole de promotores por aspectos ideológicos, por cumplicidade com o poder ou coisa que o valha?

OR - Pelo contrário, nossos promotores atuam muito bem. O MP de Sergipe foi considerado um dos melhores do Brasil. O que nós não adotamos é o sensacionalismo, pois investigamos com discrição. Normalmente, só depois que ajuizamos as ações, é que falamos à imprensa. Nesse caso das ONGs, eu estou falando, porque foi uma reportagem grande do Cinform e que precisava de uma manifestação do Ministério Público. E posso te assegurar que a maioria daqueles casos ali já era objeto de investigação por parte do Ministério Público. O que ocorre é que é muito grave você acusar alguém sem o ônus da prova. E a obtenção de provas não é fácil.

Cinform - Como o senhor vê a questão da PEC-37, que pretende tirar do Ministério Público, o poder investigativo que ele hoje possui?

OR - Com muita preocupação, pois, por essa proposta, somente a polícia vai poder investigar. Nós queremos chamar os deputados, os senadores e a sociedade para o nosso lado. Para que todos compreendam o quanto a sociedade brasileira tem a perder, caso isso seja aprovado. Pois, atualmente, o MP é aliado da polícia. Nossa ideia é e sempre foi trabalhar conjuntamente com a polícia, como é feito em todos os anos, em todos os Ministérios Públicos. ■

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br